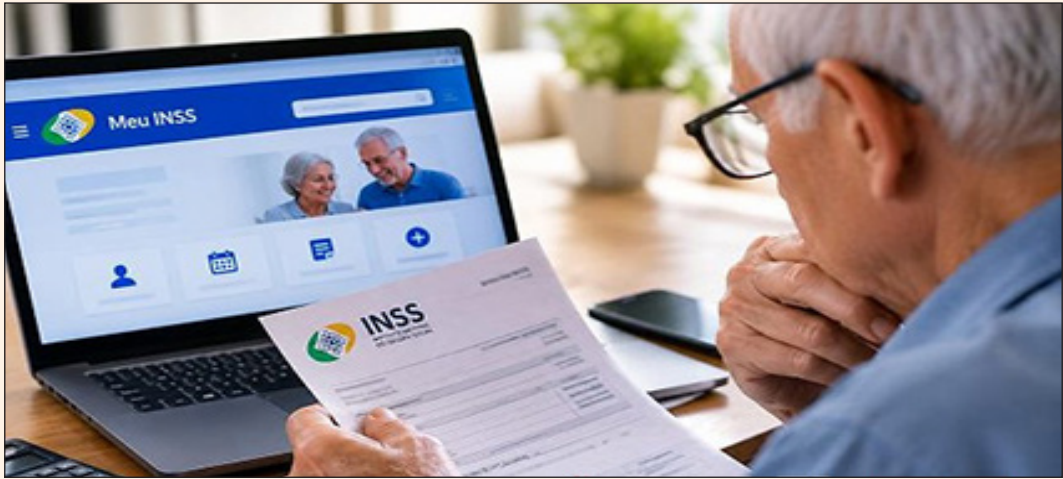




**Falhas no INSS
podem fazer
aposentados
receberem
valores errados e
inferiores**

Página 5

Justiça Eleitoral amplia ações para incentivar eleitores 70+ para participarem da eleição 2026



PÁGINA 3



Governo do Amazonas decreta emergência por estiagem e prevê impacto severo de secas

Página 7



FIEAM promove debate sobre capacitação profissional de migrantes no Amazonas

Página 5

Projeto propõe telessaúde para ampliar atendimento na rede pública de Manaus

Um projeto de lei em tramitação na Câmara Municipal de Manaus propõe a criação da Política Municipal de Telessaúde e Digitalização da Atenção Primária na rede pública da capital. De autoria do vereador Gilmar Nascimento (Avante), o PL nº 667/2026 prevê o uso de ferramentas digitais para ampliar o acesso aos serviços de saúde e reduzir barreiras provocadas pelas distâncias, especialmente nas áreas rurais e ribeirinhas. A proposta aguarda deliberação em Plenário.

Entre as medidas previstas estão teleconsultas, telenfermagem, consultas remotas e híbridas de puericultura, teleatendimento assistido, telemonitoramento, telediagnóstico e segunda opinião formativa. O texto também prevê o uso de dispositivos móveis pelos Agentes Comunitários de Saúde para auxiliar no agendamento de consultas, acompanhamento de pacientes, atualização cadastral e busca ativa de crianças e gestantes. Nas áreas rurais e ribeirinhas, a proposta prevê ainda pontos de conexão de dados e suporte para atendimento por meio das unidades fluviais.

O projeto estabelece que os atendimentos realizados por telessaúde sejam registrados no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC e-SUS APS) e integrados à Rede Nacional de Dados em Saúde (RNDS), além de prever medidas de segurança e proteção dos dados dos pacientes. A proposta também deixa previsto que a telessaúde seja complementar ao atendimento presencial, que continuará sendo utilizado quando houver indicação clínica.

Renato Junior discute com MP-AM ações contra queimadas no Amazonas



O prefeito de Manaus, Renato Junior, apresentou ontem (28), ao Ministério Público do Estado do Amazonas (MP-AM), ações desenvolvidas pela Prefeitura no combate às queimadas, à fumaça e aos impactos ambientais. A reunião ocorreu na sede do órgão e contou com a participação da procuradora-geral de Justiça, Leda Mara Albuquerque, promotores, representantes da Associação Amazonense de Municípios (AAM) e gestores de cida-

des do interior.

Entre as medidas apresentadas estão a mecanização rural como alternativa ao uso do fogo no preparo de áreas, fiscalização com drones para identificação de pontos de calor, ações de educação ambiental e limpeza de igarapés e da orla de Manaus. Renato Junior também colocou a estrutura da Prefeitura à disposição do MP-AM e dos municípios do interior para ações de conscientização e fiscalização, com a possibi-

lidade de formalização de um termo de cooperação.

Durante o encontro, também foi destacada a arborização urbana. Segundo a Prefeitura, mais de 45 mil árvores foram plantadas em Manaus em 2026. O MP-AM informou que pretende desenvolver ações preventivas em parceria com a Prefeitura e municípios do interior, enquanto a AAM defendeu a ampliação de alternativas como a mecanização rural para reduzir o uso do fogo.

TRE-AM participa de plano integrado de segurança para as Eleições 2026

O Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) participou, ontem (28), da assinatura do Plano Tático Integrado de Segurança para as Eleições Gerais de 2026. O documento estabelece a atuação coordenada das forças de segurança e instituições parceiras durante o primeiro turno, marcado para 4 de outubro, nos 62 municípios do Amazonas.

O planejamento prevê a distribuição do efetivo nos 1.636 locais de votação do estado, além de ações na sede do TRE-AM, aeroportos, portos, estações



de transporte coletivo e na Central de Flagrantes, em Manaus. O Centro Integrado de Comando e Controle do Amazonas (CICC/AM) será um dos pontos de integração e acompanhamento das ocorrências durante o pleito.

Também estão previstas ações conjuntas entre forças de segurança, Forças Arma-

das e órgãos federais, estaduais e municipais, além de empresas de serviços essenciais. O plano inclui ainda o transporte de eleitores com deficiência ou mobilidade reduzida, a manutenção das escolas que funcionarão como locais de votação e o alinhamento para possíveis ocorrências relacionadas ao fornecimento de energia.



Justiça Eleitoral amplia ações para incentivar eleitores 70+ para participarem da eleição 2026

A Justiça Eleitoral intensificou ações de orientação e cidadania voltadas à população idosa na reta final para o primeiro turno das Eleições 2026, marcado para o próximo domingo (4). Em São Paulo e Chapecó (SC), atividades realizadas pelos Tribunais Regionais Eleitorais aproximaram o público do processo eleitoral, com simulações de votação, esclarecimento de dúvidas e orientações sobre o uso da urna eletrônica.

Em São Paulo, uma ação realizada no Parque Ibirapuera reuniu pessoas com mais de 60 anos, incluindo eleitores acima dos 70, faixa etária para a qual o voto



é facultativo. Segundo o TRE-SP, mais de 8,5 milhões de pessoas com mais de 60 anos estão aptas a votar no estado, sendo cerca de 3,8 milhões com mais de 70 anos. Já em Chapecó, o TRE-SC promoveu atividades de educação eleitoral para estudantes e eleitores, incluindo orientações sobre a votação e o combate à desinformação.

As iniciativas fazem parte das ações da Justiça Eleitoral para ampliar o acesso à informação e estimular o exercício da cidadania nas Eleições 2026.

Apesar de o voto ser facultativo para pessoas com mais de 70 anos, os tribunais destacam a importância da participação desse público no processo eleitoral.

Projeto propõe piso de R\$ 7 mil e uso do nome “Polícia Municipal” para guardas

Um projeto de lei apresentado na Câmara dos Deputados propõe uma política nacional de valorização das guardas municipais, com piso salarial de referência de R\$ 7 mil para profissionais com jornada de 40 horas semanais. De autoria do deputado Marcos Tavares (PDT-RJ), o PL nº 5.479/2026 prevê que o valor seja proporcional para jornadas menores e reajustado anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A proposta não estabelece o pagamento automático do valor pelos municípios. A adoção do piso dependeria da adesão do município e da aprovação de uma lei local específica. O texto



também prevê a possibilidade de participação da União no financiamento, por meio de transferências e programas federais, considerando a capacidade fiscal de cada município.

Outro ponto do projeto permite que municípios adotem, por lei local, a expressão “Polícia Municipal” como denominação com-

plementar das guardas, inclusive em uniformes e viaturas, desde que acompanhada de “Guarda Municipal”. A proposta também prevê medidas relacionadas à formação, plano de carreira, equipamentos, corregedoria, ouvidoria e transparência sobre os recursos destinados às corporações.

Nova lei estabelece medidas para profissionalizar o futebol feminino no Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem (28), uma lei que estabelece diretrizes para o desenvolvimento e a profissionalização do futebol feminino no Brasil. A norma coloca a modalidade como prioridade da política esportiva nacional e prevê medidas para ampliar a igualdade de oportunidades e as condições de trabalho para as mulheres no esporte.

Entre as medidas estão a proteção à gravidez e à maternidade, o combate à discriminação e à violência e o incentivo à igualdade salarial. A legislação também prevê condições equivalentes para meninas e meninos na formação esportiva, incluindo estrutura, equipamentos e equipes técnicas. Além disso, estabelece limites para a participação de atletas não profissionais em competições oficiais, com redução gradual dessas vagas conforme regulamentação do governo.

A lei também determina a elaboração de um plano de legado social, esportivo e financeiro para a Copa do Mundo Feminina de 2027, que será realizada no Brasil. O objetivo é direcionar investimentos e ações relacionados ao torneio para o desenvolvimento da modalidade no país. Durante a cerimônia de sanção, Lula também destacou a ampliação da participação feminina em funções de gestão, direção técnica e arbitragem.

UE aprova plano conjunto para defesa aérea, marítima, espacial e contra drones

Países da União Europeia aprovaram ontem (28) cinco projetos conjuntos de defesa que abrangem áreas como combate a drones, defesa marítima e do leito marinho, defesa aérea e antimísseis, segurança espacial e proteção do flanco oriental europeu. As iniciativas agora estão habilitadas a receber financiamento da União Europeia por meio do Programa Europeu da Indústria de Defesa.

Os chamados Projetos Europeus de Defesa de Interesse Comum (EDPCIs) foram criados para permitir que os países trabalhem juntos em iniciativas consideradas grandes ou complexas demais para serem desenvolvidas individualmente.

Entre os projetos aprovados estão sistemas contra drones, defesa integrada marítima, capacidades espaciais, alerta antecipado contra ameaças aéreas e de mísseis e monitoramento do flanco oriental da Europa.

De acordo com o Conselho da UE, os cinco projetos fazem parte de uma estratégia para ampliar a capacidade de defesa e a cooperação entre os países europeus.

O Programa Europeu da Indústria de Defesa prevê € 325 milhões (cerca de US\$ 370 milhões) para os EDPCIs, com possibilidade de novos recursos posteriormente.

Trump pede à Suprema Corte restrições a atendimento de pessoas trans em prisões

O governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, pediu à Suprema Corte do país que permita a aplicação de uma política que restringe determinados atendimentos médicos a pessoas transgênero presas em unidades federais. O pedido, apresentado pelo Departamento de Justiça, inclui a possibilidade de impedir o acesso a terapias hormonais e cirurgias relacionadas à transição de gênero.

A política do Departamento Federal de Prisões foi implementada no início do segundo mandato de Trump e posteriormente modificada após uma série de disputas judiciais. Pelas regras, pessoas com disforia de gênero podem receber psicoterapia e atendimento psiquiátrico, mas ficam impedidas de



receber terapia hormonal, cirurgias e determinadas medidas relacionadas à transição social. O Departamento de Justiça afirma que a política prevê tratamento individualizado e restringe intervenções que considera medicamente desnecessárias.

A medida foi bloqueada temporariamente por tribunais inferiores nos Estados Unidos. Em setembro, o Tribunal de Apelações

do Circuito de Washington, D.C., considerou preliminarmente que a política poderia ser arbitrária, apontando que o Departamento Federal de Prisões não teria considerado adequadamente sua experiência anterior com esse tipo de atendimento. Agora, a Suprema Corte analisa o pedido do governo em caráter acelerado, e uma decisão é esperada nas próximas semanas.

Político do Congo é espancado até a morte após defender prevenção contra o Ebola

Marie-Celestin Karondwa, integrante do partido governista União pela Democracia e o Progresso Social (UDPS), morreu após ser espancado em Butembo, na província de Kivu do Norte, na República Democrática do Congo. Segundo a legenda, o político havia participado de um programa de rádio no domingo (27) para orientar a população sobre medidas de prevenção contra o Ebola. Após a transmissão, ele teria sido atacado por moradores de seu bairro. A UDPS informou que os agressores também



saquearam os pertences de Karondwa e incendiaram sua casa. A autoria do ataque, o número de envolvidos e a motivação ainda não foram esclarecidos pelas autoridades. O partido, no entanto, relacionou o

episódio à atuação de Karondwa na divulgação de informações sobre a existência do vírus e os riscos da doença. A morte ocorre em meio ao atual surto de Ebola na República Democrática do Congo, que, segundo dados do governo divulgados ontem (28), já contabilizava 8.067 casos e 3.901 mortes. Butembo, onde ocorreu o ataque, está entre as áreas afetadas pelo surto, enquanto equipes de resposta à doença também vêm enfrentando episódios de violência e desconfiança da população.



Anvisa aprova vacina que protege contra bactéria causadora de infecções graves

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou o registro de uma nova vacina pneumocócica conjugada que confere proteção contra 21 sorotipos da bactéria *Streptococcus pneumoniae* (pneumococo). O agente bacteriano é o principal responsável por infecções graves e invasivas, como pneumonia, meningite, otite e bacteremia (infecção generalizada no sangue), especialmente em idosos e indivíduos com condições clínicas de risco. A aprovação do imunizante representa um avanço expressivo na estratégia de imunização para a população adulta, expandindo o espectro de proteção em relação às vacinas pneumocócicas conjugadas disponíveis an-



teriormente no mercado brasileiro. A inclusão de sorotipos adicionais visa combater cepas emergentes que passaram a circular com maior frequência e que apresentam resistência a tratamentos antibióticos convencionais.

Com o parecer favorável da agência reguladora federal, a nova vacina cumpre a etapa fundamental de eficácia e segurança

para comercialização no país. A definição do preço máximo de venda ficará a cargo da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), etapa necessária antecedente à disponibilização do imunizante na rede privada de clínicas e à avaliação de eventual incorporação no Sistema Único de Saúde (SUS) pelo Ministério da Saúde.

FIEAM promove debate sobre capacitação profissional de migrantes no Amazonas

A Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (FIEAM) promoveu reuniões estratégicas para alinhar ações voltadas à qualificação profissional e à inserção de migrantes e refugiados no mercado de trabalho local. As tratativas envolvem parcerias com agências humanitárias, como a Organização Internacional para as Migrações (OIM) e a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), com o objetivo de estruturar cursos de capacitação técnica adaptados às necessidades reais das fábricas do Polo Industrial de Manaus (PIM).

A proposta baseia-se na oferta de rotas de treinamento profissionalizante por meio de instituições do Sistema Indústria, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI Amazonas), focando em áreas operacionais e tecnológicas com escassez de mão de obra. Além da formação técnica, a iniciativa aborda aspectos essenciais para a integração formal, como regularização documental, revalidação de diplomas, ensino da língua portuguesa e intermediação de apoio com os setores de recursos humanos das empresas fabris.

Representantes do setor industrial destacam que a inclusão produtiva de migrantes, especialmente venezuelanos que fixaram residência no Amazonas, contribui para o desenvolvimento socioeconômico regional e fortalece a responsabilidade social das empresas.

Falhas no INSS podem fazer aposentados receberem valores errados e inferiores

Aposentados que recebem benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) podem estar recebendo valores inferiores aos que teriam direito por conta de divergências cadastrais ocorridas no momento da concessão. Problemas como falta de registro de vínculos de trabalho, períodos de contribuição não contabilizados e salários informados de forma incorreta no cálculo inicial impactam diretamente a Renda Mensal Inicial (RMI) do segurado.

O ponto de partida para a

verificação do benefício é a conferência do Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), documento que reúne o histórico previdenciário e os registros trabalhistas do segurado. Segundo o advogado especialista em Direito Previdenciário, Dr. Railton Viana, o valor concedido pelo órgão não deve ser aceito como definitivo sem uma análise prévia das informações utilizadas no cálculo. Viana ressalta que um período não reconhecido ou um valor de remuneração computado com erro interfere no

cálculo da aposentadoria.

Para corrigir pendências, o INSS permite a solicitação do serviço de revisão de benefício diretamente pela plataforma digital Meu INSS, sem necessidade de deslocamento presencial, exceto quando houver exigência de apresentação de documentos originais. Contudo, especialistas alertam para a necessidade de observar o prazo decadencial de dez anos, contado a partir do primeiro dia do mês seguinte ao recebimento da primeira parcela do benefício.



MPAM recomenda à Prefeitura de Anori regularizar fornecimento de medicamentos

O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM), por intermédio da Promotoria de Justiça de Anori, expediu recomendação administrativa à Prefeitura e à Secretaria Municipal de Saúde de Anori para que regularizem o fornecimento de medicamentos da rede básica. A medida foi motivada por denúncias recebidas na Notícia de Fato n.º 202.2026.000063 e confirmada após fiscalização que constatou o desabastecimento de remédios de uso contínuo, especialmente para o tratamento de diabetes, na Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) do município.

Relatórios de inspeção do Conselho Regional de Farmácia (CRF) apontaram falhas graves na gestão local, como a ausência da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (Remume), insuficiência de profissionais qualificados, falta do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) e inexistência de um sistema informatizado para rastreabilidade dos insumos. Diante do quadro, o promotor de Justiça Bruno Batista da Silva instaurou o Procedimento Administrativo n.º 202.2026.000063 para monitorar continuamente o setor.

Além da regularização do estoque em 30 dias, o órgão ministerial fixou o prazo de 90 dias para que o Executivo municipal implemente e alimente o sistema e-SUS Assistência Farmacêutica (e-SUS AF) ou o sistema Hórus.

Juízo de Manacapuru realiza correição nos cartórios do 1.º e 2.º Ofícios da comarca

A titular da 3.ª Vara de Manacapuru, juíza Juline Rossendy Rosa Neres, no exercício da função de juíza-corregedora permanente das serventias extrajudiciais da comarca, conduziu correições ordinárias nos cartórios do 1.º e do 2.º Ofícios do município, situado a 100 quilômetros de Manaus. Os procedimentos de fiscalização inspecionaram livros de registro, acervos documentais e as condições estruturais de atendimento oferecidas à população local.

A ação atendeu às diretrizes do Código de Normas do Foro Extrajudicial do Estado do Amazonas (Provimento n.º 531/2026-CGJ/AM) e às determinações da Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ-AM).



Durante a inspeção, além da verificação da regularidade dos atos cartorários, a magistrada identificou a adoção de inovações tecnológicas e boas práticas de gestão voltadas à celeridade e organização dos serviços cartorários na região.

As atividades foram acompanhadas pelos delegatários titulares das ser-

ventias, Márcia Madalena dos Santos Santiago (1.º Ofício) e Paulo Henrique Felberk de Almeida (2.º Ofício). Segundo o juízo da comarca, as correições periódicas atuam de forma pedagógica e orientadora, fortalecendo a segurança jurídica e a eficiência na prestação dos serviços cartorários para os cidadãos de Manacapuru.

DPE-AM reforça ações contra capacitismo e assédio em escolas de Manicoré

A Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE-AM) participou de atividades educativas e de conscientização voltadas ao combate ao capacitismo e ao assédio no ambiente escolar em Manicoré, município situado a 332 quilômetros de Manaus. A ação ocorreu na Escola Municipal Aristeu da Cunha Virgolino e faz parte da itinerância da campanha "Onde Tem Inclusão, Não Tem Assédio", idealizada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT-11).

Segundo a defensora pública Patrícia Leal, a presença da instituição nas unidades de ensino fortalece a formação cidadã de alunos e educadores ao identificar condutas discriminatórias e incentivar a cultura do respeito às diferenças. A campanha aborda tópicos como acessibilidade, inclusão de pessoas com deficiência e prevenção ao assédio, reunindo apoio institucional da Comissão Permanente de Acessibilidade do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM),

da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e do Ministério Público do Trabalho (MPT-AM/RR).

Após percorrer municípios como Coari e Codajás, o cronograma da campanha segue para o município de Apuí no dia 30 de setembro.

O encerramento desta etapa da programação está previsto para o dia 16 de outubro, em Manaus, com debates direcionados à inserção e permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal.



Governo do Amazonas decreta emergência por estiagem e prevê impacto severo de secas

O Governo do Estado do Amazonas decretou situação de emergência em todos os 62 municípios amazonenses devido ao avanço Severo da estiagem e da seca severa na região hidrográfica do estado. A medida emergencial busca agilizar a mobilização de recursos públicos e a articulação interministerial e interinstitucional para atender à estimativa de 648 mil pessoas diretamente afetadas pelos impactos do fenômeno climático nas calhas dos rios Solimões, Purus, Juruá, Madeira, Negro e Amazonas.

A escassez hídrica comprometeu rotas fluviais históricas, dificultando a chegada de alimentos, água potável, medicamentos e combustível a



comunidades ribeirinhas e polos municipais isolados. Além dos prejuízos ao transporte e ao comércio local, a estiagem prolongada afeta o calendário escolar regional e agrava o risco de queimadas e incêndios florestais nas Unidades de Conservação e áreas rurais do estado.

Com a decretação de emergência, os órgãos estaduais de Defesa Civil, Saúde e Assistência Social

ganham respaldo jurídico para dispensar licitações na compra de insumos básicos, contratação de logística aquaviária e distribuição de cestas de alimentos e purificadores de água. O governo estadual atua de forma conjunta com a Defesa Civil Nacional e as prefeituras para viabilizar operações de ajuda humanitária e plano de dragagem nos trechos mais críticos dos rios navegáveis.

MPAM cria núcleo especializado para atuar em crises climáticas e ambientais no Amazonas

O Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM) instituiu um núcleo focado na gestão de crises ambientais e climáticas no estado. A criação da estrutura especializada visa fortalecer a capacidade de resposta do órgão ministerial frente a cenários críticos recorrentes na região, como secas severas, focos de queimadas, poluição do ar por fumaça e desastres ambientais que afetam diretamente a população e os ecossistemas amazonenses.

O novo núcleo atuará de

forma articulada com as Promotorias de Justiça do Meio Ambiente e de Direitos Humanos, além de colaborar com órgãos ambientais das esferas municipal, estadual e federal. A iniciativa prevê o uso de ferramentas de geoprocessamento e monitoramento em tempo real para instruir procedimentos administrativos, embasar ações civis públicas e garantir a rápida prestação de socorro e assistência humanitária às comunidades atingidas por eventos climáticos extremos

no interior e na capital.

A medida alinha-se às diretrizes da Procuradoria-Geral de Justiça para descentralizar e dar maior celeridade às intervenções jurídicas e de fiscalização em momentos de emergência. Com o núcleo, o MPAM busca não apenas fiscalizar o cumprimento das metas de mitigação e adaptação climática por parte dos gestores públicos, mas também induzir políticas de prevenção contínua ao desmatamento e às queimadas ilegais no Amazonas.

Prefeitura de Manaus apresenta plano contra queimadas e parceria com municípios do Amazonas

O prefeito de Manaus, Renato Junior, apresentou as estratégias de combate às queimadas, foco de calor e poluição por fumaça desenvolvidas pela administração municipal durante reunião institucional na sede do Ministério Público do Estado do Amazonas (MPAM). O encontro contou com a presença da procuradora-geral de Justiça, Leda Mara Albuquerque, membros do órgão ministerial, além de gestores e representantes da Associação Amazonense de Municípios (AAM) e de prefeituras do interior, como Anamá, Silves, Maués, Borba, Envira e Nova Olinda do Norte.

Durante a exposição, a Prefeitura de Manaus destacou a política de substituição do uso do fogo na agricultura familiar por meio da mecanização rural, com supressão e trituração da vegetação, aliada ao fornecimento de mudas, insumos e assistência técnica aos produtores. A estrutura municipal inclui o uso de drones com tecnologia térmica para localização de focos de queimada, limpeza contínua de orlas e igarapés e fiscalização com sanções para proprietários rurais que descumprirem as normas ambientais. O prefeito disponibilizou a estrutura da capital para integrar um termo de cooperação com o MPAM e demais prefeituras.

DOS MESMOS CRIADORES DE OBSESSÃO

EXCLUSIVO
NOS CINEMAS

A QUEDA 2:
NO LIMITE

NÃO OLHE PARA BAIXO

Embratur destaca turismo LGBTQIA+ como oportunidade para destinos brasileiros

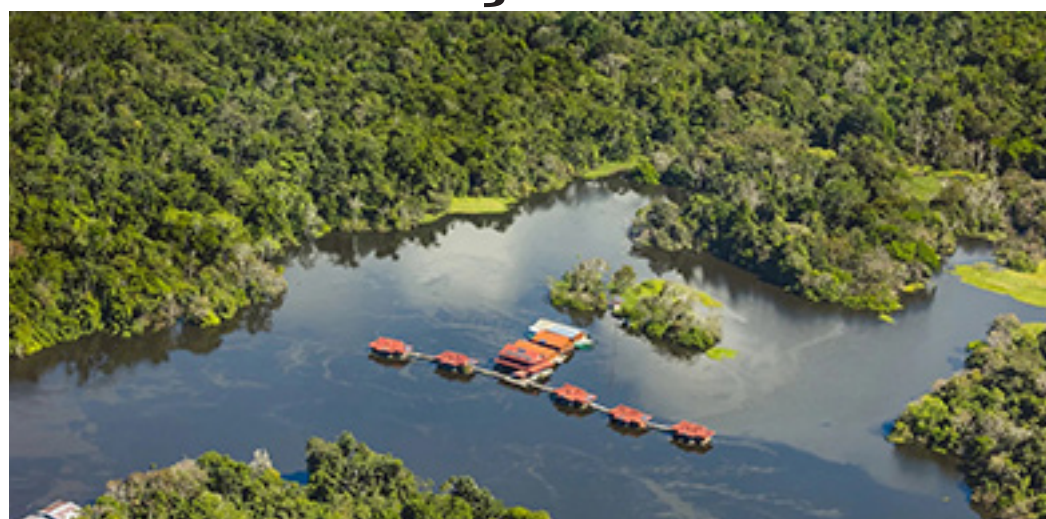
A Embratur destacou o potencial do turismo LGBTQIA+ para ampliar a presença do Brasil no mercado internacional durante a 10ª Conferência Internacional da Diversidade, realizada em São Paulo. O evento terminou no sábado (26) e reuniu representantes dos setores de turismo, negócios, esporte e cultura para discutir inclusão, diversidade e novas oportunidades para o desenvolvimento do setor.

Segundo dados apresentados pela Embratur, o turismo LGBTQIA+ movimentou cerca de US\$ 357 bilhões em todo o mundo em 2025. A estimativa é de que esse mercado alcance US\$ 604 bilhões até 2032. A agência também apontou mudanças no comportamento dos viajantes: 77% dos turistas LGBTQIA+ utilizam o Instagram para buscar informações e inspiração para viagens, enquanto 50,5% preferem fazer compras diretamente em sites de companhias aéreas, hotéis e plataformas especializadas.

Pousada flutuante no Amazonas transforma turismo em aliado da conservação

No coração da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, no Amazonas, uma pousada flutuante vem mostrando como o turismo pode ser aliado da preservação ambiental e do desenvolvimento das comunidades tradicionais. A Uakari Lodge, criada em 2001 pelo Instituto Mamirauá, reúne hospedagem, pesquisa científica, observação da natureza e participação comunitária em uma das regiões de maior biodiversidade da Amazônia.

A gestão do empreendimento conta com a participação direta de moradores da região, que atuam em diferentes áreas, como atendimento aos visitantes, gastronomia, condução de passeios e atividades administrativas. O trabalho é organizado por meio de um sistema de rodízio conduzido pela associação comunitária. Parte dos recursos gerados pelo turismo também retorna para as comunidades por meio de serviços,



compra de produtos e uma taxa socioambiental destinada a ações coletivas.

Os resultados financeiros mostram o impacto da atividade na região. Em 2025, a Uakari Lodge registrou faturamento de aproximadamente R\$ 3,7 milhões e recebeu mais de 600 visitantes. Mais de R\$ 600 mil foram direcionados às comunidades da reserva por meio da contratação de serviços, aquisição de produtos e repasses socioambientais. A iniciativa também recebeu reconhecimento de organizações e publicações ligadas ao turismo, incluindo Condé Nast Traveler, National Geographic Traveler e World

Travel and Tourism Council.

A experiência oferecida aos visitantes inclui passeios para observar animais como o macaco-uacari, jacarés e diferentes espécies de aves, além do contato com pesquisas desenvolvidas na região. O fluxo turístico é acompanhado por pesquisadores para reduzir possíveis impactos sobre a fauna. A estrutura possui 10 quartos flutuantes e capacidade para até 24 hóspedes, com hospedagem, alimentação regional, atividades guiadas e traslados a partir de Tefé. A proposta combina turismo, conservação e geração de renda para moradores da própria Amazônia.

Manaus amplia divulgação do turismo amazônico na FIT 2026, em Buenos Aires

Manaus participa da 30ª Feira Internacional de Turismo da América Latina (FIT 2026), realizada em Buenos Aires, na Argentina, com o objetivo de ampliar a divulgação da capital amazonense entre profissionais e empresas do setor turístico internacional. O evento começou no sábado (26) e segue até terça-feira (29), no centro de exposições La Rural. A participação é coordenada pela Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos (ManausCult), em parceria com entidades argentinas ligadas ao turismo. Durante a feira, representan-

tes do município apresentam atrações e experiências que integram a oferta turística de Manaus, incluindo natureza, cultura, patrimônio histórico, gastronomia, eventos e atividades relacionadas ao turismo de experiência.

Considerada uma das principais feiras do setor na América Latina, a FIT 2026 reúne mais de 1,9 mil expositores e coexpositores de 62 países. A organização estima receber mais de 150 mil visitantes ao longo dos quatro dias de programação. O evento ocupa cerca de 40 mil metros quadrados no complexo La Ru-

ral, em Buenos Aires.

Além da divulgação geral do destino, Manaus utiliza o encontro para estabelecer contatos com operadores, agentes de viagens e empresas que atuam na comercialização de roteiros turísticos. Um dos segmentos apresentados é o da pesca esportiva, considerado uma alternativa para ampliar a presença do Amazonas em mercados especializados da Argentina, Paraguai e Uruguai.

A estratégia busca aproximar o destino Manaus de profissionais responsáveis pela montagem e venda de

pacotes turísticos internacionais. A expectativa é fortalecer relações comerciais e ampliar a inserção de experiências amazônicas nos roteiros oferecidos aos viajantes sul-americanos.

Durante a feira, a ManausCult também destaca a diversidade da oferta turística da capital amazonense, procurando apresentar o município não apenas como porta de entrada para a floresta, mas como um destino que reúne diferentes experiências ligadas à cultura, história, gastronomia, natureza e entretenimento.



Inscrições de trabalhos para Fórum de Educação Ambiental terminam nesta quarta-feira

O prazo para estudantes e profissionais inscreverem trabalhos no 10º Fórum Brasileiro de Educação Ambiental (FBEA) termina nesta quarta-feira (30). O evento será realizado entre os dias 23 e 28 de novembro, em Brasília, e reunirá atividades voltadas à troca de experiências e ao debate sobre políticas e práticas de educação ambiental.

Podem ser submetidos trabalhos como pesquisas, relatos de experiências, práticas educativas, projetos, ações comunitárias e tecnologias sociais relacionadas à educação ambiental. Para participar, os interessados devem consultar as regras previstas no edital de submissão e realizar o cadastro pela internet. As taxas variam conforme a categoria, começando em R\$ 20 para estudantes da educação básica e chegando a R\$ 70 para profissionais que não atuam



como professores.

As inscrições para quem deseja apenas participar do fórum, sem apresentar trabalhos, permanecerão abertas até o último dia do evento. A programação terá como tema “Educação Ambiental pela Vida” e contará com apresentação de trabalhos, mesas de discussão, oficinas e uma feira de economia solidária, com produtos provenientes da agricultura familiar. Professores e estudantes da educação básica, além de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicio-

nais, têm entrada gratuita.

Entre os assuntos previstos para o encontro estão educação ambiental, educação ambiental, comunicação, justiça ambiental e climática, políticas públicas, participação social, mobilização e controle social. A realização reúne o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Rede Brasileira de Educação Ambiental (Rebea), o Instituto Brasília Ambiental (Ibram/DF), a Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental (Anppea) e a Universidade de Brasília (UnB).

Indicadores de equidade racial avançam nas redes municipais de ensino

Os indicadores relacionados à implementação de políticas de educação para as relações étnico-raciais avançaram nas redes municipais de ensino entre 2024 e 2026. Segundo o Diagnóstico Equidade 2026, elaborado pelo Ministério da Educação (MEC), a média geral dos índices passou de 26,6 para 34,7 pontos no período, uma alta de 8,1 pontos.

O maior crescimento foi registrado no indicador de institucionalização, que subiu de 38,7 pontos em 2024 para 55,8 em 2026, aumento de 17,1 pontos. Também houve avanços em áreas como formação, financiamento, materiais didáticos e avaliação e monitoramento. O índice de financiamento, por exemplo, passou de 20,6 para 39,9 pontos, enquanto avaliação e monitoramento aumentou de 45 para 60,2 pontos.

Os dados fazem parte do acompanhamento do primeiro biênio de implementação da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq). A iniciativa busca fortalecer ações de combate ao racismo e às desigualdades raciais nas escolas, além de promover o reconhecimento da diversidade e melhores condições de acesso, permanência e aprendizagem para os estudantes.

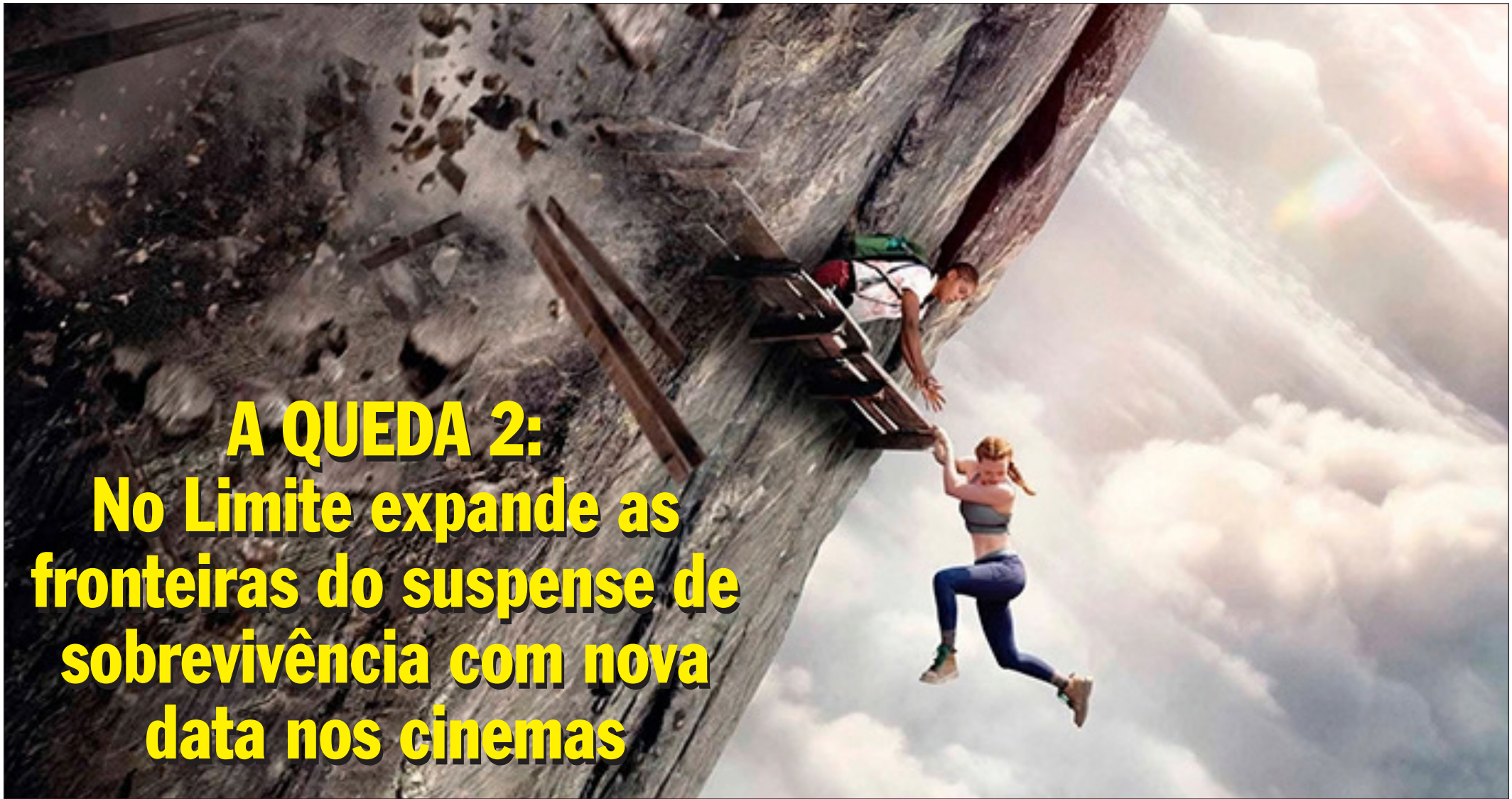
O Diagnóstico Equidade foi elaborado a partir de 44 perguntas respondidas pelas secretarias de Educação de estados, municípios e do Distrito Federal.

Mais de 10 mil professores são selecionados por meio da Prova Nacional Docente

Mais de 10 mil professores já foram selecionados por redes públicas de ensino utilizando os resultados da primeira edição da Prova Nacional Docente (PND), realizada em 2025. Segundo o Ministério da Educação (MEC), a avaliação foi criada para auxiliar estados e municípios na contratação de profissionais e ampliar o número de docentes efetivos nas redes públicas. Na primeira edição, mais de 1,08 milhão de pessoas se inscreveram para fazer a prova. Cerca de 70% dos inscritos compareceram à avaliação, o equivalente a 760.118 candidatos. Entre os participantes, aproximadamente

492 mil, ou 65%, alcançaram o nível de proficiência considerado adequado pelo MEC. Cerca de 220 mil participantes também se inscreveram posteriormente em processos seletivos de redes estaduais e municipais que utilizaram a nota da avaliação. A primeira edição contou com a adesão de 1.508 redes municipais e 22 estaduais. Para a edição de 2026, a participação aumentou: 2.031 entes federativos aderiram à iniciativa, incluindo 96% das capitais e 85% dos estados brasileiros. A segunda prova foi aplicada no dia 20 de setembro, em 806 cidades, com mais de 625,9 mil inscritos e avalia-

ção de 21 áreas de licenciatura. Criada pelo MEC dentro do programa Mais Professores para o Brasil, a PND é realizada anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O exame pode ser utilizado por estados e municípios em seus próprios processos seletivos, mas não substitui um concurso público nem funciona como certificação para o exercício da profissão. A avaliação reúne questões de formação geral docente, uma questão discursiva e itens específicos relacionados à área de licenciatura escolhida pelo candidato.



A QUEDA 2: No Limite expande as fronteiras do suspense de sobrevivência com nova data nos cinemas

A claustrofobia do isolamento em alturas vertiginosas está de volta às telas, agora redefinindo os contornos da resistência física e psicológica humana. A distribuidora Paris Filmes anunciou o ajuste no calendário de lançamentos de “A Queda 2: No Limite”, sequência do aclamado suspense de sobrevivência que surpreendeu o público

e a crítica em 2022. Com o novo cronograma, o longa-metragem chega aos cinemas brasileiros em 8 de outubro de 2026, duas semanas após a previsão original. O anúncio veio acompanhado da divulgação de imagens inéditas que antecipam a atmosfera sufocante e a escala visual da produção.



Uma nova escalada ao vazio: O peso dos próprios limites



No novo capítulo, a narrativa reencontra as amigas Grace e Virginia. Após escaparem de uma tragédia que parecia definitiva, ambas tentam reconstruir suas rotinas sob a sombra do trauma. No entanto, o desejo de superar os próprios medos as atrai para um novo e monumental desafio: a ascensão ao topo de uma torre de rádio de proporções gigantescas. O que deveria ser um ato

de reconquista pessoal rapidamente se transforma em um pesadelo logístico e psicológico quando um imprevisto fatal as deixa ilhadas a centenas de metros do solo. Sem margem para erros, isoladas da civilização e expostas a intempéries extremas, elas dependem unicamente do domínio técnico em escalada, da coragem individual e de um pacto inquebrável de confiança mútua.

A psicologia do abismo



Mais do que testar a resistência física contra a gravidade e o esgotamento do tempo, “A Queda 2: No Limite” se propõe a explorar a fragilidade das estruturas emocionais diante do perigo iminente. A narrativa sugere que a altura e o isolamento operam apenas como catalisadores, o verdadeiro combate ocorre na mente de quem precisa decidir, a cada segundo, o custo de continuar viva. Com a promessa de intensificar a tensão sufocante que consagrou o primeiro filme, a produção se posiciona como um dos lançamentos de suspense mais aguardados do ano.

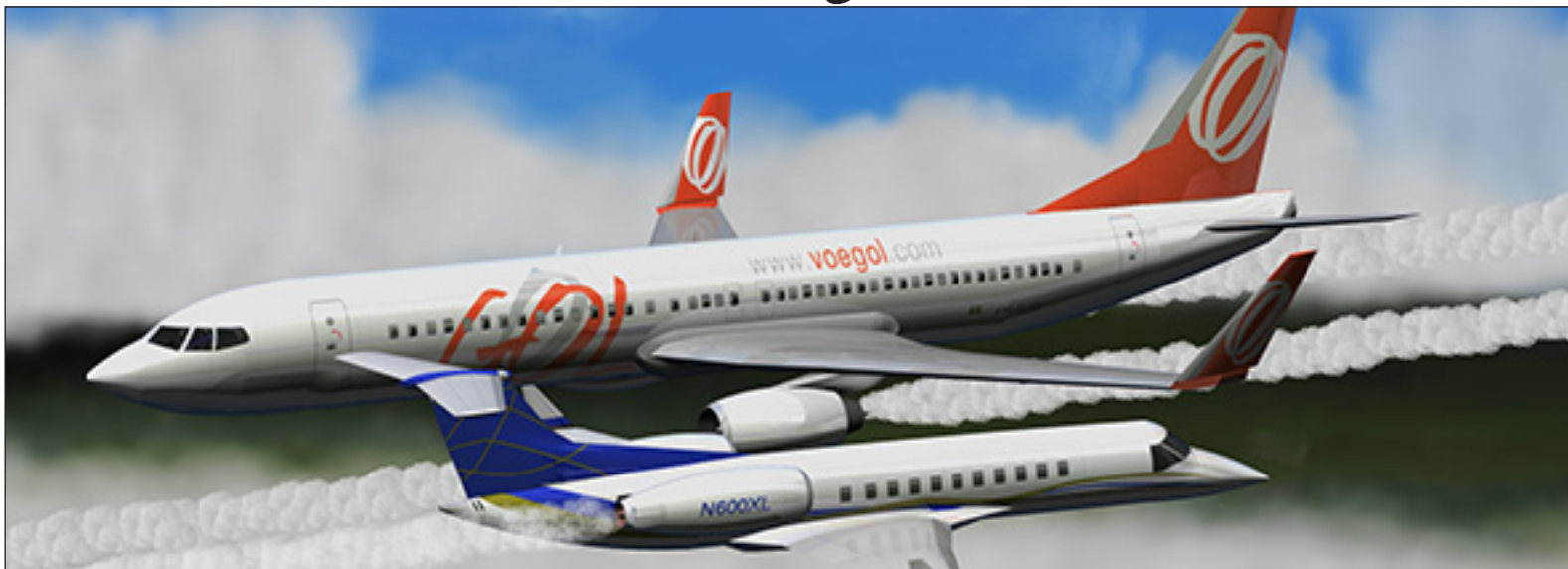


Jutaí cria Política Municipal de Gestão Climática após atuação do TCE-AM e MPC-AM

O município de Jutaí, no interior do Amazonas, passou a contar com uma legislação própria para enfrentar os efeitos das mudanças climáticas. A medida foi adotada pela Prefeitura após a atuação do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM) e do Ministério Público de Contas (MPC-AM), que vêm incentivando os municípios a estruturarem políticas permanentes de prevenção e resposta aos eventos climáticos extremos.

A Política Municipal de Gestão Climática foi instituída pela Lei Municipal nº 313, de 3 de setembro de 2026. A legislação estabelece diretrizes para reduzir os impactos de secas, cheias, queimadas, erosões e outros fenômenos que afetam a população, além de prever ações voltadas à proteção ambiental e ao fortalecimento da capacidade do município de se preparar para situações de emergência. [\(leia mais\)](#)

Voo 1907 da Gol completa 20 anos e famílias ainda aguardam desfecho judicial



O acidente do voo 1907 da Gol completa 20 anos nesta terça-feira (29). Em 29 de setembro de 2006, o Boeing 737 que havia saído de Manaus com destino ao Rio de Janeiro, com escala prevista em Brasília, colidiu no ar com um jato executivo Embraer Legacy 600 sobre a região amazônica. As 154 pessoas que estavam na aeronave da Gol morreram. O Legacy conseguiu permanecer controlável e pousou na região da Serra do Cachimbo, sem mortes entre seus sete ocupantes.

Duas décadas depois da tragédia, a lembrança permanece presente entre familiares das vítimas. Reportagem publicada pela Folha de S.Paulo mostra que parentes ainda convi-

vem com a ausência deixada pelo acidente e que algumas famílias continuam envolvidas em disputas judiciais relacionadas às indenizações. Entre os casos está uma discussão no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a correção de valores de apólices de seguro relacionadas ao acidente.

O acidente aconteceu por volta das 16h56, a aproximadamente 37 mil pés de altitude, na região da Serra do Cachimbo. O Boeing perdeu parte da asa após a colisão, ficou sem condições de controle e caiu em uma área de mata. O Legacy também sofreu danos, mas conseguiu realizar um pouso na Base Aérea do Cachimbo. A investigação e os processos posteriores envolve-

ram pilotos, controladores de tráfego aéreo, empresas e diferentes instâncias da Justiça, em um caso que teve desdobramentos no Brasil e no exterior.

Para as famílias, porém, o encerramento de parte dos processos não significa o fim da história. Ao longo dos anos, parentes se organizaram para cobrar respostas e indenizações, enquanto novas decisões judiciais continuaram sendo discutidas. A própria Folha registra que familiares ainda mantêm viva a memória dos 154 passageiros e tripulantes, mostrando que, 20 anos depois do voo 1907, o acidente permanece como uma ferida aberta para quem perdeu alguém na tragédia.

TJAM escolhe novos dirigentes para o biênio 2027-2028 nesta terça-feira

O Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) realiza nesta terça-feira (29) a sessão que definirá os novos dirigentes da Corte para o biênio 2027-2028. Durante a reunião, serão escolhidos os desembargadores que ocuparão os cargos de presidente, vice-presidente e corregedor-geral de Justiça. Para a presidência do TJAM, estão na disputa os

desembargadores Cláudio César Ramalheira Roesing e Airton Luís Corrêa Gentil. A vice-presidência será disputada por Onilza Abreu Gerth e Cezar Luiz Bandiera. Já para a Corregedoria-Geral de Justiça, Vânia Maria Marques Marinho é a única candidata inscrita.

Conforme estabelece a Lei Complementar nº 261/2023, a escolha será

feita por voto direto e aberto dos integrantes do Tribunal Pleno, sendo necessária maioria absoluta para a definição de cada cargo. A votação ocorrerá na ordem de presidente, vice-presidente e corregedor-geral, com os desembargadores declarando publicamente seus votos.

Além da nova direção do TJAM, a sessão também terá a escolha de dois de-

sembargadores que atuarão como membros titulares do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) no biênio 2027-2028. As inscrições para as vagas foram apresentadas pelos desembargadores Nélia Caminha Jorge e José Hamilton Saraiva dos Santos. Ao final, a ata da sessão registrará os votos e os nomes escolhidos para os cargos.



Polícia Civil prende investigados por crimes sexuais contra crianças e jovens em Manaus

A Polícia Civil do Estado do Amazonas (PC-AM), por intermédio da Delegacia Especializada em Proteção à Criança e ao Adolescente (Depca), deflagrou uma operação policial em Manaus focada na identificação e prisão de alvos investigados por crimes sexuais praticados contra crianças e adolescentes. A ofensiva cumpriu mandados judiciais de prisão e de busca e apreensão expedidos pela Justiça do Amazonas após investigações sobre abuso e exploração sexual na capital.

As diligências foram concentradas em diferentes zonas urbanas da cidade de Manaus a partir do levantamento de denúncias e dados colhidos pelo setor de inteligência da especializada. Os alvos deti-



dos durante as incursões foram conduzidos à sede da Depca para a realização dos procedimentos cabíveis, incluindo a formalização das prisões, oitiva de depoimentos e submissão aos exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal (IML).

A Polícia Civil reforçou a importância do engajamento da sociedade na denúncia de casos de

abuso e violência sexual contra menores. As autoridades locais relembram que relatos e suspeitas podem ser encaminhados de forma anônima por meio do Disque 100 (Direitos Humanos) e do número 181, o Disque-Denúncia da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP-AM), assegurando o sigilo absoluto das informações.

PF deflagra Operação contra lavagem de dinheiro do narcotráfico em Guaíra

A Polícia Federal deflagrou a Operação Fratres com o objetivo de desarticular um esquema de lavagem de dinheiro ligado ao tráfico internacional de drogas e armas na região de Guaíra, no Paraná. Expedidas pela 1.ª Vara Federal de Umuarama, as ordens judiciais incluem mandados de prisão preventiva, busca e apreensão, além do bloqueio e sequestro de bens e valores em contas bancárias, veículos de luxo, imóveis e embarcações.

As investigações tiveram início a partir de desdobramentos da Operação Transloading, conduzida pela Delegacia da Polícia Federal em Guaíra. As análises financeiras, fiscais e patrimoniais revelaram que a organização criminosa transnacional movimentou mais de R\$ 89,79 milhões em créditos e débitos desde 2019. O grupo utilizava empresas de fachada, comércios ativos fictícios e simulação de compra e venda de bens e logística de transporte para ocultar a origem ilícita dos recursos acumulados nas rotas que conectavam Paraguai, Bolívia e regiões do Brasil.

O bloqueio patrimonial determinado pela Justiça Federal visa estrangular a capacidade financeira dos investigados, garantindo a recomposição dos cofres públicos e o perdimento dos bens obtidos ilegalmente. A Polícia Federal prossegue com as diligências para identificar novos integrantes do grupo e mapear outros ativos vinculados à estrutura de branqueamento de capitais.

Polícia Militar impede ocupação irregular em área de mata na Avenida das Flores

Uma operação de fiscalização e segurança pública desfez uma tentativa de ocupação irregular em um trecho de área verde e mata nativa localizado ao longo da Avenida das Flores, na Zona Norte de Manaus, nesta segunda-feira (28/09).

A intervenção foi coordenada por guarnições da Polícia Militar do Amazonas (PM-AM), com apoio de órgãos ambientais e de controle urbano, após alertas emitidos pelo setor de inteligência e por denúncias de moradores da região.

No local, equipes de segurança identificaram estruturas de madeira recém-instaladas, demarcações de lotes clandestinos e trechos de ve-



getação nativa afetados por desmatamento e queimadas para delimitação de espaço. Durante a incursão, as forças policiais realizaram o desmonte das armações temporárias e retiraram os ocupantes que tentavam se estabelecer no perímetro, que é classificado como área de preservação ambiental e de domínio público.

Os órgãos de fiscalização ambiental reforçaram que

ocupações não autorizadas em áreas verdes urbanas configuram crime ambiental e causam sérios danos ao ecossistema local, como degradação do solo, supressão vegetal e riscos de erosão. A Polícia Militar manterá o patrulhamento ostensivo e o monitoramento preventivo no trecho da Avenida das Flores para evitar novas tentativas de desmatamento e invasão de terras na capital.



CT Sonho de Atleta conquista título do Estadual GF Team Amazonas de Jiu-Jítsu 2026

O CT Sonho de Atleta, localizado no bairro da Redenção, Zona Centro-Oeste de Manaus, conquistou o título da sexta edição do Estadual GF Team Amazonas de Jiu-Jítsu Gi e Nogi. A competição foi realizada no ginásio Bergão, no bairro São Jorge, Zona Oeste da capital. Liderada pelo professor Wellington Teixeira, a equipe terminou o campeonato com 221 medalhas, sendo 135 de ouro, 61 de prata e 25 de bronze. Além do troféu de campeã geral, a academia recebeu R\$ 4 mil em premiação.

O Estadual reuniu 700 atletas, das categorias de base ao máster, representando 28 filiais da GF Team de Manaus e do interior do Amazonas. De acordo com a organização, mais de 3 mil pessoas circularam pelo ginásio ao longo do domingo. A Brothers Company terminou na segunda colocação geral, com 143 medalhas: 81 ouros, 38 pratas e 24 bronzes. A equipe recebeu R\$ 1 mil pela colocação. A GF Team completou o pódio com 63 medalhas, sendo 42 de ouro, 17 de prata e quatro de bronze, além de R\$ 500 em premiação.

Organizador do campeonato, o faixa-preta Otávio Carneiro destacou a participação das academias da capital e do interior na sexta edição: “O evento foi um sucesso, graças a Deus, e tudo saiu como planejado com a presença de 700 atletas que representaram as filiais da capital e do interior, mostrando a força da GF Team no Amazonas. Agradeço a todos os professores que colocaram seus atletas no campeonato. Mostram a união da nossa equipe e com isso ajudamos a fortalecer o jiu-jítsu no nosso estado”, afirmou.

Itália sobra no primeiro tempo e goleia a Turquia na Liga das Nações

A Itália deu um banho de futebol em cima da Turquia no primeiro tempo e, no final, venceu por 4 a 1 nesta segunda-feira, no Estádio Metropolitano de Bursa, pela segunda rodada do Grupo A1 da Liga das Nações. Bastoni, Frattesi e Kayode marcaram os gols do primeiro tempo. Yilmaz e Pio Esposito balançaram as redes no segundo. A seleção italiana não deu qualquer chance para a Turquia no primeiro tempo. Foram 10 finalizações, sendo cinco no alvo. O gol de Bastoni foi mais demérito da defesa turca, é verdade, mas os gols de Frattesi e Kayode saíram de ótimas jogadas coletivas da Itália. O quarto gol, de Pio Espósito, veio num rebote, mas a jogada até o chu-



te de Tonali merece elogios. Um dos destaques da seleção italiana nessa partida foi o lateral-direito Michael Kayode, estreante com a camisa da Azzurra. O jogador de 22 anos, do Brighton, teve grande atuação, defensivamente e ofensivamente, e participou diretamente de dois gols sendo um dele

próprio. A seleção da Itália volta a campo na próxima sexta-feira, para enfrentar a França, no Stade de France. A partida começa às 15h45, mesmo horário em que a Bélgica encara a Turquia, no Estádio de Sclessin. Os franceses venceram os belgas por 1 a 0 nesta segunda-feira.

FAF retoma competições de base após adiamentos por causa da fumaça em Manaus

A Federação Amazonense de Futebol (FAF) retomará nesta semana as competições das categorias de base, que haviam sido adiadas devido à má qualidade do ar em Manaus provocada pela fumaça.

O Campeonato Amazonense Sub-14 e Sub-16 terá início nesta terça-feira (29), enquanto as quartas de final do Campeonato Amazonense Sub-12 serão disputadas na quarta-feira (30). Seguindo recomendações dos órgãos competentes de saúde e proteção, a entidade havia adiado os confrontos na última semana. A medida afetou o início das competições Sub-14 e Sub-16, além dos jogos das quartas de final do Sub-12. No Cam-



peonato Amazonense Sub-14, a primeira rodada será realizada integralmente no estádio Carlos Zamith. A abertura ocorre às 17h, com o duelo entre Nacional e Inter Academy. Em seguida, às 18h30, o Tarumã enfrenta o São Paulo-AM.

Às 20h, será a vez de Amazon City e Manauara

entrarem em campo. Encerrando a rodada, MEC e Guerreirinhos se enfrentam às 21h30.

Já o Campeonato Amazonense Sub-16 terá seu primeiro jogo às 15h30 desta terça-feira (29), entre Guerreirinhos e Inter Academy, no estádio Ismael Benigno, a Colina.